ASSOCIAÇÃO DE MATRAQUILHOS DO PORTO

Certifico que, por escritura outorgada em 22 de Setembro de 2006, exarada a fls. 58 e seguintes do livro de escrituras diversas n.º 130-B do Cartório Notarial a cargo da notária Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino, foi constituída uma associação denominada Associação de Matraquilhos do Porto, com o número de identificação de pessoa colectiva P 507814053, com sede na Rua do Outeiro, 40, freguesia e concelho de Valongo, com o seguinte objecto:

Dinamizar, promover, difundir e organizar a prática dos matraquilhos em geral;

Regulamentar e dirigir a prática desportiva e de competição;

Elaboração de provas e intercâmbio com outras federações, associações e outras organizações a nível nacional.

Está conforme.

22 de Setembro de 2006. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
3000216711

ASSOCIAÇÃO DE MATRAQUILHOS DE VALONGO

Certifico que, por escritura outorgada em 29 de Setembro de 2006, exarada a fls. 96 e seguintes do livro de escrituras diversas n.º 130-B do Cartório Notarial a cargo da notária Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino, foi constituída uma associação denominada Associação de Matraquilhos de Valongo, com o número de identificação de pessoa colectiva P 507843428, com sede na Avenida do Engenheiro Armando Magalhães, 371, freguesia e concelho de Valongo, com o seguinte objecto:

Dinamizar, promover, difundir e organizar a prática dos matraquilhos em geral;

Regulamentar e dirigir a prática desportiva e de competição;

Elaboração de provas e intercâmbio com outras federações, associações e outras organizações, a nível nacional.

Está conforme.

29 de Setembro de 2006. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
3000216887

CLUBE DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS DE GUIMARÃES

Certifico que, por escritura lavrada hoje, exarada a fl. 86 do livro de notas para escrituras diversas n.º 63-A do Cartório Notarial a cargo do notário Carlos Manuel Forte Ribeiro Tavares, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede na Rua da Rainha D. Maria II, 58, freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo), concelho de Guimarães, a qual tem por objecto: congregar os simpatizantes e proprietários de automóveis e outros veículos antigos de qualquer marca e de todos os tipos; promover a preservação dos automóveis e outros veículos antigos como parte do património cultural, recreativo e histórico; obter para os seus associados facilidades relacionadas, essencialmente, com a conservação e utilização dos seus veículos; promover entre os associados a troca de conhecimentos, informações e peças; promover a recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história dos automóveis e veículos, especialmente em Guimarães e sua região; promover reuniões, encontros, passeios e outras actividades culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente as que promovam o turismo em Guimarães; relacionar-se com associações congéneres nacionais e estrangeiras.

Está conforme o original.

3 de Outubro de 2006. — O Notário, *Carlos Manuel Forte Ribeiro Tavares.*
3000217146

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO PORTO

Certifico que, por escritura de 2 de Outubro do ano 2006, exarada a fl. 46 do livro de notas n.º 35-A do Cartório Notarial a cargo do notário João Ricardo da Costa Menezes, foi constituída uma associação de índole educativo-sócio-cultural e sem carácter lucrativo, sob a denominação Associação dos Amigos do Conservatório de Música do Porto, número de identificação de pessoa colectiva P 507366522.

Sede: Rua da Maternidade, 13, freguesia de Massarelos, concelho do Porto;

Objecto: promoção e divulgação do Conservatório de Música do Porto, com o cooperando com a sua administração na realização dos seus fins; promoção de concertos, conferências, concursos, exposições, acções de formação e outras actividades consideradas adequadas.

Associados: o funcionamento interno, os direitos e deveres dos elementos da Associação, bem como as condições de admissão ou exclusão de sócios, são estabelecidos por regulamento interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.

Está conforme, declarando que na parte omitida nada há que altere, prejudique ou restrinja as especificações legais da parte transcrita.

2 de Outubro de 2006. — O Notário, *João Ricardo Menezes.*
3000217451

GRUPO JUVENIL DE COELHO

Certifico que, por escritura de 19 de Outubro de 2006, lavrada de fl. 46 a fl. 47 do respectivo livro n.º 45 do Cartório Notarial sito na Avenida de Sá Carneiro, lote 1, Edifício Translande, loja 2, rés-do-chão, em Bragança, a cargo do notário licenciado Manuel João Simão Braz, foi constituída uma associação com a denominação de Grupo Juvenil de Coelho, com sede na Casa do Povo de Coelho, freguesia de Coelho, concelho de Bragança, tendo como objecto:

a) Fazer renascer práticas antigas de vida nas aldeias, com fins culturais e turísticos, na freguesia de Coelho;

b) Que os idosos transmitam conhecimentos e saberes aos mais novos;

c) Divulgar a música outrora presente no convívio social;

d) Criar o gosto pelas actividades culturais junto das populações mais jovens; e

e) Fomentar hábitos saudáveis e enriquecedores na ocupação dos tempos livres.

A associação, no âmbito do seu objecto, desenvolverá eventos e realizará iniciativas culturais, recreativas, ambientais e sociais.

A associação ficará a reger-se pelos estatutos constantes de um documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que faz parte integrante da referida escritura.

Poderão ser admitidos como associados efectivos todas as pessoas singulares ou colectivas interessadas que se identifiquem com os presentes estatutos, cumpram os regulamentos internos e que efectuem a sua inscrição como tal.

A admissão de associados efectivos dependerá do preenchimento pelo candidato de um boletim de inscrição do qual constarão obrigatoriamente os seguintes elementos: nome completo, data de nascimento, naturalidade, estado, profissão, residência e telefone actuais, podendo acrescentar todos os elementos que o candidato entenda por útil fornecer.

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original, na parte transcrita.

19 de Outubro de 2006. — O Notário, *Manuel João Simão Braz.*
3000218478

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A NORMALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FERROVIÁRIA

Por ter sido publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 70 (suplemento), de 7 de Abril de 2006, um extracto da escritura de constituição da Associação denominada Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária, exarada com início a fl. 9 do livro de notas para escrituras diversas n.º 83-I do Cartório Notarial de Sintra a cargo do notário António José Tomás Catalão, com uma inexactidão quanto à transcrição do objecto da referida Associação, procede-se agora à sua republicação de forma correcta:

«A Associação tem por objecto a coordenação das actividades de normalização no domínio das aplicações ferroviárias, promovendo a colaboração entre os associados, bem como a formação e a qualificação de técnicos no âmbito da normalização, e a participação no desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade, nomeadamente através do reconhecimento como organismo com funções de normalização sectorial. A Associação tem ainda por objecto a certificação de sistemas, produtos, equipamentos e serviços ferroviários, bem como a formação e a certificação de pessoas associadas à actividade ferroviária.

26 de Outubro de 2006. — O Notário, *António José Tomás Catalão.*
3000219165

LIONS CLUBE DE LISBOA — SETE COLINAS

Certifico que, por escritura de 27 de Outubro de 2006, lavrada a fl. 113 do livro de notas para escrituras diversas n.º 2-F do Cartório Notarial de Lisboa a cargo do notário João Carlos Cristóvão de Maia

Rodrigues, foi constituída uma associação que se rege, entre outras, pelas cláusulas seguintes:

Denominação: Lions Clube de Lisboa — Sete Colimas.

Sede Social: Rua de Melo Antunes, lote 19.1, bloco A-2, 2.º, B, em Lisboa.

Duração: tempo indeterminado.

Objecto:

1) Criar e fomentar um espírito de compreensão entre os Povos da Terra;

2) Incentivar o estudo e a prática dos princípios de bem governar e de elevada educação cívica;

3) Interessar-se, activamente, pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade;

4) Unir os associados com laços de amizade, bom companheirismo e compreensão recíproca;

5) Promover um fórum para a livre e ampla discussão dos assuntos de interesse público, exceptuando o partidarismo e o sectarismo religioso;

6) Incentivar os homens com espírito de serviço e ajudarem desinteressadamente as suas comunidades, estimular a eficiência e promover elevados padrões éticos nas profissões, nos negócios, indústrias e serviços públicos.

Órgãos — a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

3 de Novembro de 2006. — O Notário, *João Maia Rodrigues*.
3000219399

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ZOOS E AQUÁRIOS

Estatutos

CAPÍTULO I

Denominação, regime legal, personalidade, objectivo, domicílio e duração

ARTIGO 1.º

Denominação, regime legal e personalidade

Com a denominação de Associação Portuguesa de Zoos e Aquários fica constituída uma associação ao abrigo e sujeita às normas destes estatutos, de acordo com a legislação nacional vigente e aplicável, bem como de todas as disposições que venham a surgir sobre esta matéria.

No desenvolvimento de tais normas, mas nunca em contradição com as mesmas, a Associação poderá estabelecer regulamentos de regime interno e outros acordos que regulem o pormenor do seu funcionamento e actuação.

Quando a Associação adquirir e gozar de plena personalidade jurídica e inteira capacidade de laboração, nos termos da legislação nacional vigente e aplicável, poderá desenvolver o seu objectivo dentro dos limites estatutários que lhe são próprios, sem mais limitações para além do estrito respeito pelas leis vigentes.

Poderá, como consequência, adquirir e deter toda a espécie de bens e direitos, materiais e imateriais, realizar actos de administração e domínio sobre eles, exercer acções e recursos em defesa dos mesmos e, comparecer ante qualquer entidade, organismo ou jurisdição, tanto dentro como fora de Portugal.

ARTIGO 2.º

Objectivo

A Associação tem por objectivo a representação, gestão, promoção e defesa, sem fins lucrativos, dos interesses comuns dos membros, nomeadamente, mas não em exclusivo, nas áreas económica, científica, educativa e de conservação.

Para a execução e desenvolvimento deste objectivo, a Associação providenciará pela obtenção dos seguintes fins:

1.º Incrementar a relação entre instituições com a finalidade de potenciar o seu nível técnico e educativo;

2.º Incrementar o conhecimento biológico sobre os animais de cada instituição, com propósito de colaboração em programas científicos e de conservação das espécies e, ao mesmo tempo, conseguir um maior bem-estar dos próprios animais;

3.º Cooperar com a Administração Pública na elaboração do modelo legal zoológico e noutros interesses comuns como porta-voz e intérprete das instituições zoológicas;

4.º Dinamizar a investigação zoológica nos seus membros;

5.º Angariar e divulgar informação científica, educativa e cultural pertinente para a actividade dos seus membros.

E, em consequência de tais propósitos, competirá à Associação a implementação das seguintes actividades:

1.ª Ajudar as entidades membros na realização dos objectivos propostos;

2.ª Incrementar os cuidados e bem-estar dos animais de cada colecção, com a finalidade de que estes sejam alojados em condições tendentes a satisfazer as suas necessidades biológicas e de conservação, mediante a adequação das instalações, manutenção de um elevado nível de reprodução e existência de um programa nutricional e veterinário, preventivo e curativo;

3.ª Participar em programas de conservação das espécies;

4.ª Despertar a consciência pública para a vida natural e para a conservação da biodiversidade, contribuindo para que os membros facilitem a informação apropriada sobre as espécies em exposição e seus hábitos naturais;

5.ª Potenciar os aspectos culturais, lúdicos e educativos, com especial incidência no fomento da educação;

6.ª Redigir e assumir um código de ética profissional;

7.ª Redigir e assumir normas mínimas para o alojamento e cuidados dos animais sob sua responsabilidade;

8.ª Elevar os níveis de profissionalismo, tanto na vertente científica como na educacional, através de congressos, seminários, reuniões e uma melhor comunicação entre instituições, facilitando a troca de informação entre os membros sobre aspectos de investigação, formação e técnicas de conservação, reprodução controlada, reintrodução ou repovoamento de espécies no seu habitat de origem;

9.ª Representar, gerir, promover e defender os interesses comuns de todos os associados ante terceiros;

10.ª Representar membros da Associação em organizações supra-nacionais de zoos e aquários e em outros foros internacionais;

11.ª Proceder à eleição dos representantes português no conselho da EAZA;

12.ª Fomentar nos membros a manutenção de registos das colecções actualizados e em suporte informático;

13.ª Fomentar nos membros a manutenção de medidas de segurança tendentes a evitar riscos de reintrodução de pragas, ou parasitas ou de ameaças ecológicas para as espécies indígenas vindas do exterior;

14.ª Quaisquer outras que sirvam para conseguir os fins assinalados anteriormente.

ARTIGO 3.º

Domicílio

A Associação tem o seu domicílio no Jardim Zoológico, Estrada de Benfica, 158, 1549-004 Lisboa.

ARTIGO 4.º

Duração

A Associação exercerá, desde o momento em que adquirir e gozar de plena personalidade jurídica e inteira capacidade de laboração, nos termos da legislação nacional vigente e aplicável, as funções que lhe são próprias por tempo indefinido, enquanto não se acorde a sua dissolução por acordos válidos, adoptados pela assembleia geral ou mediante resolução executiva da autoridade judicial competente.

CAPÍTULO II

Membros da Associação

ARTIGO 5.º

Quem pode ser membro

A Associação está circunscrita somente às entidades, sejam pessoais físicas ou jurídicas, responsáveis pela exploração ou administração de estabelecimentos zoológicos e aquários situados em Portugal.

Para efeitos destes estatutos, considera-se estabelecimento zoológico ou aquário todo o estabelecimento permanente onde se mantêm animais vivos de espécies rústicas para exposição ao público, durante sete ou mais dias por ano, sem incluir, em nenhum caso, os circos ou lojas de animais.

São membros fundadores da Associação as seguintes cinco instituições:

Jardim Zoológico;

Oceanário de Lisboa;

Aquário Vasco da Gama;

Ómega Parque;

Quinta de Santo Inácio.

Para se ser membro da Associação é necessário:

1.º Dispor de uma colecção de animais selvagens para conservar, reproduzir e ou exhibir em público;